

# Turismo altera ecossistema em parque

*Pesquisador diz que urbanização e pesca predatória colaboraram para as transformações do local*

**A**inda que usufruam de certos benefícios que o turismo proporciona, as comunidades do Parque Nacional de Lençóis Maranhenses (MA) convivem sistematicamente com as transformações causadas por esse tipo de negócio e, como se não bastasse, ainda são afetadas pela urbanização e pela pesca predatória dos rios e lagos da região.

O parque, situado a 2.879 quilômetros de São Paulo, é uma área de 155 mil hectares (comparada à dimensão da capital paulista) e constituído de lagos, alguns cercados de dunas de até 50 metros de altura. Depois de dois anos de investigações da região o trabalho do pesquisador Álvaro de Oliveira D'Antona resultou na dissertação de mestrado "O verão, o inverno e o inverso. Sobre o modo de vida de comunidades residentes da região do Parque Nacional de Lençóis Maranhenses", apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), sob orientação do professor Márcio D'Olne Campos.

O pesquisador queria entender por que e como ocorrem essas alterações naquele local, decretado pelo Ibama em 1980 como unidade de conservação na categoria de Parque Nacional, com o objetivo de preservar o exótico ecossistema

de dunas e lagos ali existentes. Álvaro verificou que um dos problemas que mais afetam a região do Parque é a indústria do turismo, responsável pelas maiores alterações no ecossistema local.

"Turismo, urbanização e energia elétrica. Tudo se dá em nome do progresso", exemplifica. O aproveitamento do turismo por quem é da região é uma atividade circunstancial, ou seja, imposto por empresas com objetivos específicos, e pelo próprio Estado que injeta dinheiro para o desenvolvimento de infra-estrutura desse tipo de comércio.

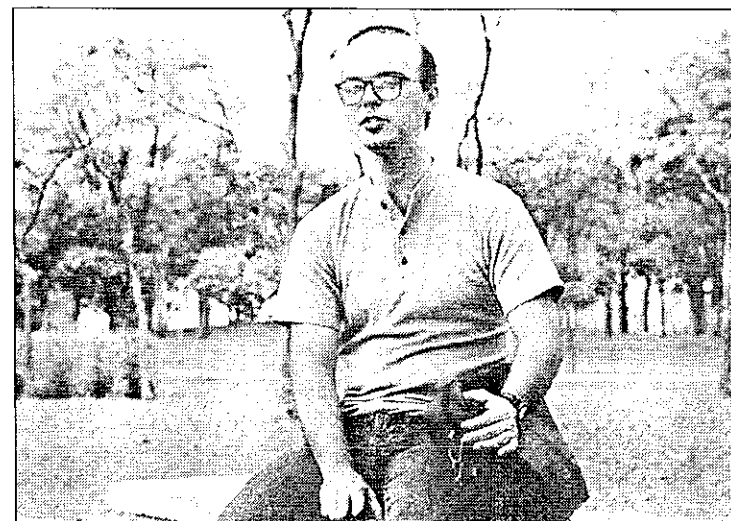
O turismo traz para o parque pessoas que poluem os rios, os lagos e as dunas e depois vão embora, deixando para trás um rastro de destruição. Mas há ainda um outro problema não menos sério: a pesca predatória, que acaba com os peixes dos rios e dos lagos da região. "O Ibama deveria criar mecanismos para impedir essa prática. Mas não consegue, por exemplo, deter a pesca de arrasto, feita predominantemente por empresas pesqueiras de fora da região", diz Álvaro. A existência do parque atrai gente de todo lugar, mas os agentes fiscalizadores são pouco eficazes para impedir o lixo e o derramamento de óleo nos rios.

**Recursos** — A pesquisa de Álvaro revela ainda que as medidas legais acabam limitando o aces-

so dos habitantes aos recursos naturais, como o mangue, por exemplo, forçando-os a substituir fontes naturais — madeira, palha e peixe — por produtos industrializados, como os enlatados e o gás de cozinha. "O que significa maior pressão sobre o meio ambiente local e o externo", acentua o pesquisador. Há ainda um outro exemplo que demonstra claramente essa pressão sobre o meio ambiente: para se construir uma cabana destinada ao turista, com madeira do mangue e folhas de buriti, pelas dimensões e conforto oferecido, requer cinco vezes mais material do que a construção de uma para pescadores.

Além disso, os moradores do parque procuram ganhar dinheiro através da exploração de recursos locais para aquisição de produtos manufaturados, também provenientes de matérias-primas da natureza exterior do parque, como gás e tijolos, entre outros produtos.

As comunidades de Barreirinhas (a 340 quilômetros de Lençóis Maranhenses), Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz somam uma população de 49.307 habitantes. Desse total, 17 mil habitantes concentram-se em 99 localidades dentro do próprio parque. Álvaro diz que as comunidades argumentam que, de um modo geral, "costumam tirar pouco da terra, apenas para o consumo próprio dos moradores". O Ibama, por sua vez, alega que não tem pro-



**Álvaro: crítica às transformações em nome do progresso**

blema com as comunidades, mas estas reclamam do patrulhamento ambiental feito pelo órgão que freqüentemente apreende redes, armas e, dependendo do caso, até faz a detenção de pessoas. "Na prática, os agentes preservacionistas não fiscalizam moradores do parque, mas os de fora, e não percebem que essas populações vivem dos mesmos recursos, se organizam do mesmo modo, e circulam indistintamente dentro e fora da unidade de conservação", explica o pesquisador.

Tradicionalmente os pescadores de arrasto de outras regiões abandonam pontos de pesca já explorados e se dirigem ao litoral do Maranhão, especialmente ao de

Lençóis. Os pescadores usam barcos com cascos de ferro que se constituem num sério problema: a pesca ocorre muito próxima do litoral, "proibida por lei, porque destrói o ecossistema do fundo do mar", diz Álvaro. Há ainda um outro problema igualmente sério: o volume de peixes que pescam é grande, obrigando os pescadores a aproveitar apenas o camarão e os peixes de maior porte. Os demais são descartados.

"Além de ser ecologicamente incorreta, essa atividade concorre com a prática artesanal do pescador da região, aquele que tira da água o suficiente para a sua sobrevivência", diz Álvaro. (A.R.F.)

*Parque da Unicamp  
maio/1998*